



PROCESSO Nº 051/2015

RELATOR : MARCELO JUCÁ BARROS

RECORRENTE: FLUMINENSE FOOTBALL CLUB, em favor de CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS SOUZA.

RELATÓRIO:

Trata-se de Recurso Voluntário com pedido de efeito suspensivo, onde sustenta o recorrente que o lance originário da denúncia não foi alvo de punição pela equipe de arbitragem na ocasião da realização da partida.

Sustenta, ainda, que a base legal para concessão da medida pleiteada é o artigo 147 A do CBJD, a medida que na hipótese dos autos, o efeito suspensivo configura autentica condição suspensiva, impedindo a produção imediata da eficácia da decisão proferida pela comissão disciplinar.

DECIDO.

Note-se que normalmente um atleta punido com apenas duas partidas de suspensão, onde ainda não tenha cumprido nenhuma dessas partidas, não teria direito a concessão do efeito suspensivo e por neste caso concreto, este relator entender que a medida é legítima, se faz necessário adentrar mesmo que superficialmente no mérito da questão.

O artigo 58 B do CBJD traz uma regra e seu parágrafo único aponta duas exceções para tal regra. **A ordem é de que as decisões tomadas pela equipe de arbitragem, na disputa de partidas, são definitivas, não sendo passíveis de modificação pelos órgãos judicantes da justiça desportiva.**

Como exceção a regra acima exposta, o próprio CBJD indica duas exceções, cabendo, portanto, a transcrição desse dispositivo, senão vejamos:

Art. 58. (...)

Parágrafo Único. Em caso de **infrações graves que tenham escapado à atenção da equipe de arbitragem**, ou em **caso de notório equívoco na aplicação das decisões disciplinares**, os órgãos judicantes poderão, **excepcionalmente**, apenar infrações ocorridas na disputa de partidas, provas ou equivalentes.

As exceções dizem respeito à hipótese de infração grave, que tenha escapado da atenção da equipe de arbitragem, o que não é o caso, e ainda, o chamado “notório equívoco” na aplicação das decisões disciplinares. Veja-se que o legislador atribuiu um caráter excepcionalíssimo, pois fez questão de grafar a palavra “excepcionalmente”, no corpo do dispositivo.

Da análise das imagens, percebe-se claramente que o árbitro viu o lance e interpretou no sentido de não aplicar nem mesmo uma advertência, o que retira o poder do Tribunal Desportivo em aplicar qualquer penalidade.

O entendimento aqui esposado é sustentado por este relator desde a época da redação do novo CBJD, quando se deram início as grandes discussões acerca do tema em sede de justiça desportiva.

Inclusive, mesmo que árbitro não tenha visto a conduta do atleta, perceba que a infração, de acordo com a regra literal, somente pode ser apenada, caso o julgador entenda ser ela grave. Daí, se concluiu que infrações que não forem graves e tenham escapado da atenção do árbitro, não podem ser punidas.

Este relator não concorda com a forma como o artigo 58 B do CBJD vem sendo interpretado pelos tribunais desportivos, pois claramente se percebe uma desvirtuação do propósito do legislador que teve a intenção de apenar somente naquelas duas hipóteses dispostas em caráter de excepcionalidade pelo parágrafo único do artigo 58 B do CBJD.

Esse entendimento já constituía jurisprudência do Tribunal Pleno do STJD do Futebol antes mesmo das últimas alterações do CBJD e sempre foi muito sustentado pelo saudoso Marcílio Krieger, autor de grandes obras e exemplo para este auditor. Contudo, depois de diversas novas formações, hoje o assunto não é pacificado, pendendo o Tribunal para um, ou outro lado, em razão das diferentes composições nas datas de realização dos julgamentos.

Sendo assim, por todo o exposto, **CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO PRETENDIDO, na forma do artigo 147 A do CBJD**, por entender que a simples devolução da matéria irá causar prejuízo irreparável ou de difícil reparação.

Dê ciência às partes.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.

MARCELO JUCÁ BARROS

VICE PRESIDENTE TJD/RJ